



Economic Policy Reforms
Going for Growth 2009

Summary in Portuguese

Reformas da política económica
A caminho do Crescimento 2009

Sumário em Português

- A gestão das crises encontra-se agora na prioridade das agendas dos governos enquanto os elaboradores de políticas procuram meios para restaurar a saúde da economia. Ao mesmo tempo, continua a ser necessário empreender reformas estruturais que irão fortalecer o crescimento económico a longo prazo. De facto, tais reformas podem igualmente estimular a procura a curto prazo, o que é de particular importância no contexto da crise actual.
- *A caminho do Crescimento 2009* destaca as reformas estruturais mais apropriadas para a continuação da melhoria de desempenho, faz o ponto da situação do progresso recente no que respeita a implementação das reformas de política estrutural e identifica cinco prioridades políticas para cada país da OCDE que poderiam levantar o crescimento económico a longo prazo. Considera serem necessárias reformas num certo número de áreas para fortalecer a produtividade do trabalho e o emprego, incluindo reformas dos sistemas educativos, regulação do mercado de produtos, políticas agrícolas, sistemas fiscais e de prestações sociais, cuidados de saúde e políticas do mercado de trabalho. Adicionalmente, esta edição contém quatro capítulos analíticos que abrangem a tributação e o crescimento económico, reforma da regulação do mercado de produtos, investimento em infra-estruturas e o efeito da estrutura da população no emprego e na produtividade.

A caminho do Crescimento num momento de Crise Financeira

Esta quinta edição de *A caminho do Crescimento* fornece um novo conjunto de prioridades de políticas estruturais para cada país da OCDE e da União Europeia como um todo para aumentar o PIB – uma medida comum dos níveis de vida – numa base sustentada. As prioridades políticas identificadas para aumentar a produtividade do trabalho e o emprego, determinantes-chave imediatos do PIB per capita, divergem de país para país, dependendo das suas fraquezas de desempenho particulares. As reformas recomendadas em áreas como os mercados de produtos, educação, agricultura, impostos, subsídios e regulações laborais ajudariam os países a aumentar a oportunidades de emprego e a prosperidade económica dos cidadãos a longo prazo.

Em contraste com as versões precedentes, esta edição de *A caminho do Crescimento* chega num momento em que os países da OCDE enfrentam a maior crise financeira e económica de sempre. A crise e a recessão globais que ainda se encontram em desenvolvimento suscitaram, inevitavelmente, questões sobre em que medida podem os mercados ser fiáveis para produzir bons resultados e se as últimas reformas contribuíram para tornar as economias mais vulneráveis. A crise actual nos mercados financeiros revelou problemas importantes relacionados com o funcionamento de tais mercados e demonstrou a existência de falhas das antigas estruturas regulamentares e de supervisão para garantirem a estabilidade do mercado. Mostra a força destrutiva de desenvolvimentos particulares e imperfeições nos mercados financeiros que intensificaram o risco moral e os défices de informação. Estas falhas estão a começar a ser reconhecidas e os países estão a começar a trabalhar individual e conjuntamente na identificação dos melhores caminhos para reformar a regulação dos mercados financeiros para reorientar o mercado e as imperfeições regulamentares em causa que levaram à crise actual.

No entanto, é importante enfatizar que a falência nos mercados financeiros não coloca em causa os efeitos benéficos das reformas relativas aos mercados de produtos e de trabalho recomendadas neste relatório. Nos últimos anos, um certo número de reformas realizadas nos países da OCDE demonstraram o seu poder para aumentar o emprego e a produtividade, e agir sobre a agenda de reformas estabelecida neste relatório iria fortalecer consideravelmente o desempenho económico a longo prazo. Além disso, mercados de produtos e de trabalho mais flexíveis são mais susceptíveis de fortalecer a resistência dos países em caso de futuras quedas económicas e menores perturbações a nível do rendimento e do emprego.

Contudo, a crise tem implicações na selecção das políticas estruturais a seguir, a curto prazo. Numa altura em que a procura agregada se encontra muito abaixo da capacidade produtiva, é propensa a focalização em reformas estruturais que sejam mais susceptíveis de aumentar a procura agregada a curto prazo, bem como a oferta agregada a longo prazo. De facto, a estrutura dos pacotes fiscais que tem sido recentemente anunciada ou implementada em vários países da OCDE, foi igualmente modelada por preocupações do impacto que terá a longo prazo no crescimento.

Este relatório identifica três reformas fiscais/estruturais que poderiam dar preferência a um “duplo dividendo” actualmente: aumento das despesas em infra-estruturas; aumento das despesas na política activa do mercado de trabalho, incluindo cursos de formação obrigatórios e redução dos impostos sobre o rendimento pessoal, nomeadamente em pessoas com baixos rendimentos. Adicionalmente, as reformas dos mercados de produtos que facilitam as restrições de entrada e reforçam a concorrência podem impulsionar a procura em alguns casos, a curto prazo, e aumentar a produtividade a longo prazo.

O capítulo especial neste relatório versa sobre o impacto de longo prazo da infra-estrutura no PIB per capita vem mesmo a tempo, considerando o enfoque de muitos pacotes fiscais recentes na despesa de infra-estrutura. Mostra que o investimento em infra-estruturas pode ter repercussões positivas na economia. Contudo, para obter os efeitos mais fortes de crescimento do investimento em infra-estrutura, é essencial seleccionar cuidadosamente projectos com base numa análise de custo-benefício e ter estabelecidas estruturas que garantam a concorrência onde for possível existir e previnam o abuso de poder de mercado onde a concorrência não puder existir.

Outro capítulo especial sobre tributação termina com uma classificação de vários impostos relativa ao seu impacto no crescimento a longo prazo. Os impostos sobre os rendimentos das empresas são os mais prejudiciais, seguidos pelos impostos sobre os rendimentos de trabalho e, de seguida, impostos indirectos, sendo os impostos sobre a propriedade os menos prejudiciais. Os países que actualmente dependem desproporcionadamente dos impostos arrecadados sobre os rendimentos das empresas e do trabalho poderiam assim aumentar o seu PIB per capita movendo a sua base de impostos para bens e serviços, bem como para a propriedade. Esta é uma estratégia prometedora a médio e longo prazo, mas poderá ter que ser acompanhada por medidas complementares neutralizar qualquer fraqueza de redistribuição através do sistema de tributação.

No entanto, no contexto da crise actual, é menos óbvio que esta classificação de “imposto e crescimento” seja explorada para propósitos da procura a curto prazo. Baixar os níveis de impostos sobre os rendimentos das empresas não parece vir a ter grande impacto na procura de investimento já que os lucros das empresas diminuem, e aumentar os impostos sobre a propriedade iria enfraquecer os já

enfraquecidos mercados imobiliários.

Um terceiro capítulo especial ilustra que a maioria dos países da OCDE continuou a fazer progressos significativos no que respeita à redução de restrições regulamentares sobre a concorrência nos mercados de produtos nos últimos cinco anos. Este desenvolvimento bem-vindo é um bom prenúncio para a inovação e produtividade a longo prazo, e pode revelar-se útil para lidar com a crise actual. Não obstante este progresso, as regulamentações continuam a restringir excessivamente a concorrência nalguns sectores e nalguns países da OCDE, nomeadamente em países com rendimentos baixos, que mantêm uma postura regulamentar restritiva nos seus mercados de produtos. Reformar as regulamentações é uma prioridade para vários países para que melhorem a sua produtividade a longo prazo, com alguns efeitos benéficos na procura a curto prazo.

Um capítulo especial final mostra que uma proporção significativa da diferença existente entre os países relativa aos impostos de emprego agregado e à média de níveis de produção e, assim PIB per capita, se explica pelas diferenças na estrutura da população, em particular ao longo da dimensão do sucesso escolar. Demonstra que as diferenças entre agregados nacionais e médias podem enganar e volta a enfatizar a importância da educação. No entanto, as diferenças notadas na estrutura das populações não afectam as áreas dos países de relativa força e fraquezas que constituem a base para a selecção das prioridades políticas no Caminho para o Crescimento.

Com este enfoque nas reformas para apoiar o crescimento a longo prazo, este relatório é uma componente fundamental da resposta estratégica da OCDE para a crise financeira e económica. Conclui que a crise económica que os países da OCDE enfrentam não deveria retardar as reformas estruturais, e que as oportunidades para reformas deveriam ser exploradas para fortalecer o dinamismo económico e os níveis de vida. Sob nenhuma circunstância, devem ser repetidos os erros de crises precedentes. Particularmente, as tentativas para parar o desemprego através da redução da oferta de trabalho revelar-se-iam tão nocivas quanto o forma no passado e deixariam as nossas sociedades mais pobres. Manter os mercados abertos e evitar um novo protecçãoismo é a chave para fortalecer a prosperidade no mundo inteiro.

© OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

